

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

THAMYREZ ALMEIDA

**Pacto Narcísico da Branquitude e Materiais Didáticos de História: o caso
judicializado em Maringá/PR**

Porto Alegre, RS
2023
THAMYREZ ALMEIDA

**Pacto Narcísico da Branquitude e Materiais Didáticos de História: o caso
judicializado em Maringá/PR**

Trabalho de Conclusão do Curso
apresentado como requisito para aprovação
do título de Licenciada em História pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientação: Profa. Dra. Carla Beatriz
Meinerz

Porto Alegre, RS

2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais que sempre incentivaram a minha educação. À minha grande família, incluindo os que me acompanham neste plano, assim como os que me acompanham de outra dimensão espiritual, inspirando-me todos os dias e sendo minhas raízes fortes. Às minhas amigas e amigos que sempre estão prontos para me erguer e acolher. Aos professores, professoras e colegas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que fizeram parte desta minha longa jornada e contribuíram para meu conhecimento. Um agradecimento especial à minha orientadora Dra.^a Carla Beatriz Meinerz pela contribuição, motivação, confiança e carinho dedicados a mim.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso à minha tia Maria Cláudia (in memoriam), matriarca e professora admirável.

RESUMO

Este trabalho analisa as mudanças implementadas em um trecho de um capítulo específico sobre racismo, dentro de um livro didático de História para o ensino fundamental, a partir de sua judicialização em 1997, na cidade de Maringá/PR. Visa compreender como um livro de História propõe o debate sobre o racismo e impacta as relações entre jovens negros e brancos numa escola específica, atingindo a comunidade escolar como um todo, enfocando o agenciamento do professorado branco. A metodologia qualitativa foi a escolhida para desenvolver o estudo, por meio de revisão de literatura acadêmica, análise de fontes produzidas a partir de documentos como livros didáticos e documentos jurídicos, acompanhada por entrevistas semiestruturadas produzidas e publicadas (MEINERZ, 2019). A produção e análise das fontes foi cruzada com auto reflexões da autora, igualmente jovem estudante negra em finalização de sua formação docente inicial. Problematisa a presença da racialidade hegemônica branca e do racismo nas formas de viver e pensar práticas pedagógicas para o ensino de História. Opera com conceitos como movimento negro educador, afeto e pacto narcísico da branquitude, a partir de autoras como Nilma Lino Gomes, bell hooks e Maria Aparecida Bento. Como resultados finais aponta a dimensão relacional do ensino de História e da própria implementação de recursos didáticos que, em contextos de pacto narcísico da branquitude, pode operar para manter ou superar o racismo.

Palavras-chave: Ensino de História; Livros Didáticos; Pacto Narcísico da Branquitude.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH - Associação Nacional de História

APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

AUCNM - Associação União e Consciência Negra de Maringá

DCNERER - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana

DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto

ERER - Educação Antirracista ou Educação das Relações ÉtnicoRaciais

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MP-PR - Ministério Público do Estado do Paraná

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SEED-PR - Secretaria de Educação do Estado do Paraná

TCC - Trabalho de Conclusão do Curso

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	12
3. O ACONTECIMENTO E AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE: JUDICIALIZAÇÃO DE UM TRECHO DE LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA COM ATIVIDADE PARA ABORDAGEM DO RACISMO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	16
3.1. ANÁLISE DAS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS NO TRECHO SOBRE RACISMO DENTRO DO LIVRO DIDÁTICO EM ESTUDO.....	21
3.2. LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: IMPACTOS DO ENSINO ACERCA DO RACISMO NAS AULAS DE HISTÓRIA.....	26
4. O PACTO NARCÍSICO DA BRANQUITUDE, O PROFESSORADO BRANCO E O ENSINO DE HISTÓRIA.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo, na qualidade de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Licenciatura em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tem por propósito central analisar as mudanças implementadas num trecho de capítulo sobre racismo que estava interposto dentro de um livro didático de História para os anos finais do ensino fundamental, a partir de sua judicialização em 1997, na cidade de Maringá/PR.

O tema foca as abordagens do racismo em livros didáticos de História, mediadas didaticamente por professorado branco, considerando os impactos para os jovens e suas famílias, a partir da ideia de que ensinar História é estabelecer relações com as pessoas e com o conhecimento.

O problema central que despertou o estudo foi: Como um trecho de livro de História judicializado em Maringá/PR, no ano 1997, propõe o debate sobre o racismo? A mediação realizada pela professora ou o uso do trecho do livro está associada a essa questão, mas tenho poucas informações sobre a mesma, pois a educadora não aceitou conceder entrevista.

Este tema surge a partir da experiência vivenciada por mim, o desejo de analisar materiais didáticos de História e o diálogo com a orientadora do TCC - Professora Carla Beatriz Meinerz, que havia estudado em pós-doutoramento o caso específico considerado neste estudo. É um processo que compõe elementos de auto reflexão autoral, fundamentada na perspectiva de que todo o professor é também um pesquisador.

O caso em questão refere-se ao processo de denúncia pública referente ao uso de trechos do livro didático nas escolas paranaenses, realizado por professores que lecionavam História nas escolas estaduais. Os trechos estavam em duas páginas do capítulo nove do livro um da coleção *Brasil: uma história em construção*, de autoria de José Rivair Macedo e Mariley W. Oliveira, publicada pela Editora do Brasil S/A, no ano de 1996. O processo ocorreu entre 1997 e 1998, tramitando no espaço geográfico do estado do Paraná, com repercussões entre agremiações acadêmicas (Associação Nacional de História – ANPUH) e sociais (APP - Sindicato

dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, Núcleo Gênero e Raça), Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM). As entidades de classe, representando especialmente professores da educação superior (ANPUH) e da educação fundamental (APP) tiveram posições antagônicas no processo.

A denúncia relaciona-se com os danos causados aos estudantes negros pelo tratamento dado ao tema do racismo em um dos livros da coleção. Vincula-se com um fato específico relatado através do sofrimento de um menino negro (Família Lídio), desencadeado a partir da recomendação feita de leitura de trechos presentes no capítulo nove do livro, na mediação das aulas de História em uma escola estadual na cidade de Campo Mourão, Paraná. Importante ressaltar que o menino não cumpriu a recomendação da professora.

Justamente essa mediação, conduzida por uma professora branca, será o foco de minha análise, cuja centralidade estará no conceito nomeado por Maria Aparecida Silva Bento (2012) como pacto narcísico da branquitude, basicamente definido como

[...] um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil (BENTO, p.29).

Tal acordo tácito se pratica de muitas formas, inclusive entre brancos progressistas, como destaca Bento em seus estudos e práticas de formação com o movimento sindical, sendo uma delas o silêncio sobre si e sobre sua racialidade. A doutora em Psicologia considera o fato de brancos progressistas, por exemplo, combaterem a opressão e as desigualdades sociais, mas silenciarem e manterem seus grupos protegidos de avaliações ou análises críticas. As estratégias para manter essa proteção são muitas e a autora observa que:

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes

tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas e silenciadas (BENTO, 2022, p.18).

Há muitas formas de silenciar e, quando o silêncio está relacionado com o racismo, trata-se de observar como a branquitude contribui para a persistência das desigualdades raciais no Brasil. E isso tem relação com o debate que empreendo em meu TCC.

O menino da Família Lídio era o único negro numa sala de aula com jovens entre 10 e 11 anos e foi convocado pela professora branca a ler o trecho do capítulo sobre escravidão no Brasil Colônia, cuja atividade didática continha versinhos, provérbios e quadrinhas racistas utilizadas nos anos 1960, como atividade didática com a intenção da autoria de abordagem e crítica ao racismo¹. A família do menino relata que ele começou a ouvir dos colegas brancos repetições dos versinhos, provérbios e quadrinhas encontrados no livro didático e que passou a se negar a ir para a escola, por vezes em estado de choro. Relata igualmente que a escola não buscou a família durante as faltas do menino, tampouco posicionou-se depois, quando da sua saída da escola após a denúncia acerca dos eventos relacionados com a leitura dos versinhos. Esse silêncio me instiga. Igualmente a quietude da professora, que não aceitou conceder entrevista, acompanhada da nota pública da Associação Nacional de História (ANPUH), em defesa do professorado e do manual didático.

Assim, o objetivo de meu trabalho é tematizar o pacto narcísico da branquitude na atuação de professores de História, a partir da judicialização de trecho com abordagem sobre o racismo em livro didático de História, ocorrido no Paraná em 1997.

Quem quebrou o pacto narcísico da branquitude foi exatamente o movimento negro, através da denúncia impetrada através da Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM). Por isso, a categoria de movimento negro que educa, aprendida com Nilma Lino Gomes (2017), é fundamental, para analisar a ação empreendida pela AUCNM. Compreendo como ações do Movimento Negro

¹ Tal intenção está afirmada no capítulo escrito por José Rivair Macedo (MEINERZ, 2019) e na entrevista concedida por ele, na qualidade de autor do livro didático em questão.

Educador todas aquelas práticas de luta pela construção da cidadania das pessoas negras, entre elas o acesso pleno à educação e o direito à memória. São práticas que, através dos saberes emancipatórios construídos nas lutas por escolarização, trabalho ou saúde, educam a si, à sociedade e ao Estado (GOMES, 2017).

Ao ler pela primeira vez os versos, provérbios e quadrinhas alvos principais de crítica da primeira versão do livro didático, propus-me a fazer uma mirada mais experiencial, sem a necessidade imediata da escrita em formato acadêmico, no que tange a necessidade de categorização e conceitualização do fenômeno, buscando deixar em segundo plano as análises e informações prévias que eu tinha acerca do processo. Com meus singelos conhecimentos e experiências de vida, num contexto do ano de 2023, senti um misto de repulsa e tristeza ao imaginar uma criança lendo aqueles trechos na solidão, sem mediação de adultos, sem apoio atitudinal e conteudinal, e ainda escutando-os da boca de seus colegas em tom de zombaria e ofensa.

Agora, com os meus 27 anos de vivências, mesmo não tendo a intenção de me colocar no lugar deste estudante, sinto esse desconforto. É difícil de digerir o sentimento ao pensar em uma criança tendo este choque em um contexto de 26 anos atrás, quando ainda não existia a obrigatoriedade legal de ensinar História e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, tampouco o debate sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) no Ensino de História. Imaginei algumas crianças sem ter consciência racial ou até conhecimentos suficientes para compreender o que é racismo, tendo este contato com o tema, sem uma mediação didática. E pensei em suas famílias, negras como a minha.

Meu pai, criado em Porto Alegre, concluiu o segundo grau técnico. Minha mãe, nascida na região rural de Encruzilhada do Sul, estudou até a quarta série do primeiro grau e com 12 anos começou a trabalhar em casas de família.² Meus pais se conheceram em 1994 em Porto Alegre e logo foram morar juntos nesta mesma cidade. Neste período meu pai era funcionário público no Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) de Porto Alegre, hoje já está aposentado. Minha mãe

² Em um contexto em que era normalizado os filhos homens saírem de casa para morar em outra cidade com pessoas próximas a família, para seguir os estudos. E as filhas saíam de casa para morar com pessoas próximas a família, porém, para prestar serviços domésticos.

morava com uma cunhada onde ajudava na criação do sobrinho. Em 1996 nasci. Sempre se esmeraram e fizeram o melhor que podiam para eu ter condições de ultrapassar, da forma mais perfeita, o nível de escolaridade deles.

Assim como minha mãe fala com muito orgulho, também eu com muito orgulho gosto de citar que foi ela que reforçava comigo em casa as letras e os números durante a educação infantil e nos anos iniciais, ajudando-me a aprender ler e escrever, fazendo com que eu fosse um ano avançada, e durante o ensino fundamental ela me ajudava a decorar a tabuada. Meu pai sempre repetia que o maior tesouro que podemos ter e deixar de herança é o nosso conhecimento, não devemos colocar limites nele e ninguém pode roubá-lo.

Eu tive o privilégio de estudar da primeira à oitava série do Ensino Fundamental em uma escola particular. Durante os primeiros anos tivemos descontos na mensalidade escolar por conta de um convênio entre a escola e o DMAE, onde meu pai trabalhava. Lá formei laços de irmandade que ainda me acompanham em minha vida. No Ensino Médio estudei em uma escola pública estadual, nesta escola tive contato com todas as realidades possíveis da sociedade brasileira. Tínhamos incentivo de grande parte do corpo docente para termos o melhor futuro possível e para acreditarmos na capacidade de sermos e chegarmos onde quiséssemos. Este mesmo corpo docente incentivou muito o pensamento crítico, para dentro e fora dos muros da escola, incentivou a realizar ações voluntárias e estarmos por dentro dos debates políticos. Nesta escola formei laços de amizade que se mantêm até hoje, também "...os laços que criei foram com pessoas que, como eu, valorizavam o aprendizado como fim em si, e não como meio de atingir outro objetivo, mobilidade social, poder, status"(hooks,2021). Enquanto estava concluindo o terceiro ano do ensino médio, prestei o vestibular e passei na primeira tentativa no curso de História Licenciatura da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Entre as duas opções escolhi a UFRGS, onde estou concluindo o curso de graduação.

Estar à frente dos meus pais em relação a formação e ser a primeira da família a estar na UFRGS me causou muita alegria e um certo temor em relação às

expectativas depositadas em mim. Ao chegar na universidade novamente estava em um ambiente escolar diferente, com um público diferente, desta vez entrei em contato com um público que veio das melhores escolas da cidade, com uma carga acadêmica prévia apresentada ainda na escola e alguns professores contando que todos os alunos estavam partindo deste mesmo ponto. Em momentos senti que alguns espaços da universidade se tornaram lugar cujo objetivo era o ensino de costumes burgueses. Com isso, a minha autoestima que não é uma das mais fortes deu uma enfraquecida a mais no meio deste ambiente tão desafiador. Nesta questão, identifiquei-me com um trecho do livro “Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança” da bell hooks (2021), quando ela lembra de seus alunos e alunas “de cor” da universidade de Yale. A autora narra que a baixa autoestima levava muitos estudantes brilhantes do Harlem à autossabotagem. Mesmo após entrar em um curso que amo, realizar estágios obrigatórios de ensino de História e estágios não obrigatórios em sala de aula que só afirmaram que o ambiente escolar é meu espaço e que estou no curso certo para a carreira certa, levou quase dez anos para que eu chegasse neste momento de conclusão do curso.

Para concluir o curso, estou diante de um acontecimento que me mobiliza e, ao voltar-me para sua análise, desejo especificamente refletir sobre os impactos do ensino acerca do racismo nas aulas de História, usando como categoria central de análise a branquitude e seus pactos, no que tange às relações pedagógicas que se estabelecem quando se trata de combater as desigualdades raciais de fato.

Utilizei para esse estudo, fontes primárias como as páginas dos livros didáticos (MACEDO & OLIVEIRA, 1996; MACEDO & OLIVEIRA, 2002) e documentos do processo judicial. Igualmente considerei as entrevistas publicadas (MEINERZ, 2019) do professor José Rivair Macedo, Aracy Adorno Reis e Jairo de Carvalho, assim como entrevista e escrita de Basílio Irineu Lídio e José Irineu Lídio.

Como questões chave de leitura e análise opto pela premissa do movimento negro educador (GOMES, 2017), do afeto (hooks, 2021) e do pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2012), todos atuando e impactando o ensino de História aqui observado.

O tema do presente trabalho está alinhado com as políticas afirmativas de

combate ao racismo através da educação e do ensino de História. A promulgação das Leis 10.639/0323 e 11.645/0824, que respectivamente criaram e modificaram o artigo 26 - A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, está inserida no conjunto dessas políticas afirmativas. Tal legislação obriga o ensino de História e cultura africana, afro-brasileira e indígena e foi detalhada a partir das DCNERER, num texto que afirma que a EREER “[...] impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime” (2004). Pretendo focar minha análise nessa perspectiva relacional proposta nas DCNERER.

O trabalho está dividido em cinco partes. A introdução que ora encerro e onde apresento de forma geral a pesquisa. O capítulo dois resume os caminhos metodológicos que escolhi. A seguir, na parte três, encontra-se um breve relato do acontecimento e a análise sobre seus impactos nas relações estabelecidas na comunidade escolar. O capítulo quatro observa a branquitude operando no episódio em análise e, finalmente, as considerações finais apontam para as questões chaves que desenvolvi na escrita.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS

As inquietações despertadas pela experiência da licenciatura em História vinculadas ao ensino impulsionaram o presente estudo, destacadamente o interesse por pensar os materiais didáticos em perspectiva antirracista e pela consideração dos pactos narcísicos da branquitude (BENTO, 2012). Por sugestão da orientadora, voltei-me ao processo de judicialização de um livro didático redigido por um professor que admiro muito pelo engajamento na luta antirracista através do estudo da História da África, José Rivair Macedo. Justamente um livro dele fora judicializado pelo movimento negro no Paraná, com questionamento à uma atividade específica que evocara atitudes racistas no ambiente escolar.

O processo de estudo levou-me a reflexões internas e externas assim como lembranças de minhas experiências como estudante da escola básica.

Trata-se de uma pesquisa centrada no caso judicializado que aqui retomo em análise (MEINERZ, 2019). Utilizo fontes primárias como as páginas dos livros didáticos (MACEDO & OLIVEIRA, 1996; MACEDO & OLIVEIRA, 2002) e documentos do processo judicial. Igualmente considerei as entrevistas publicadas (MEINERZ, 2019) do professor José Rivair Macedo, Aracy Adorno Reis e Jairo de Carvalho, assim como entrevista e escrita de Basílio Irineu Lídio e José Irineu Lídio. A professora de história do caso e o estudante não concederam entrevistas. O silenciamento da professora será destacado como prática própria da branquitude (BENTO, 2012).

No presente trabalho de pesquisa optei pela abordagem qualitativa no campo da pesquisa em ciências humanas (MINAYO, 2001), utilizando como instrumentos de estudo a análise de fontes produzidas a partir dos documentos abaixo relacionados:

1. Livro 1 – Quinta série – Brasil – uma história em construção, Editora S/A, 1996, de autoria de José Rivair Macedo e Mariley W. Oliveira, São Paulo, 1996. Guarda de Carla Beatriz Meinerz.
2. Livro 2 – Quinta série – Brasil – uma história em construção, Editora S/A, 2002, de autoria de José Rivair Macedo e Mariley W. Oliveira, São Paulo, 2002. Guarda de Carla Beatriz Meinerz.
3. Pedido de representação dirigido ao Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR) - Promotoria Especial de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Garantias Constitucionais, contra a Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR), objetivando o recolhimento do livro nas escolas estaduais. Anexos com Ata de Assembleia e Estatuto da Associação União e Consciência Negra de Maringá, de autoria da Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM), 23/09/1997, Maringá, folhas 02 à 15.
4. Deliberação exarada nos autos do Procedimento 087/97, pelo Promotor de

Justiça do MP-PR, determinando que a Secretaria de Educação do Estado do Paraná recolha os exemplares da obra em todo território estadual. Afirma o crédito de que não houve intenção de discriminação racial por parte da Secretaria de Educação ou da Autoria da obra didática “Brasil – uma história em construção”. O Procedimento 087/97 teve por objeto a apuração de prática de discriminação racial na obra didática “Brasil – uma história em construção”, distribuída gratuitamente em toda a rede de ensino do estado do Paraná, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná (MP/PR) - Promotoria Especial de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Garantias Constitucionais, pertencente à Promotoria de Justiça da Comarca de Maringá, 06/10/1997, Maringá, folhas 16 a 22.

5. Termo de Audiência entre Promotoria Especial de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Garantias Constitucionais, Editora do Brasil S/A e Associação União e Consciência Negra de Maringá. A Editora apresenta os encartes com alterações da obra e a Associação compromete-se em manifestar-se sobre os mesmos. Acorda-se em audiência: 1) deferido o pedido de juntada dos autos do procedimento, por parte da Editora; procedimento; 2) apresentação dos encartes com alterações da obra por parte da editora; 3) pedido de manifestação por parte da Associação e por parte da Secretaria de Educação, acerca das alterações na obra; 4) a partir do aceite das alterações, por parte da Associação e da Secretaria, oficia-se à Secretaria de Educação para que recolha os exemplares em circulação na rede estadual e substitua o capítulo alterado com os encartes fornecidos pela Editora. Acorda-se uma ampliação do prazo, até 20 de dezembro, para retirada das obras, por motivo de análise dos encartes, de autoria do MP/PR - Promotoria Especial de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Garantias Constitucionais, pertencente à Promotoria de Justiça da Comarca de Maringá, 17/12/1997, Maringá, folhas 63 e 64.

6. Manifestação da Associação União e Consciência Negra de Maringá acerca das alterações: 1) satisfação com alterações realizadas por autores e editora; 2) sugestão de mudanças; 3) sugestão que mudanças aconteçam em todos os livros distribuídos no Brasil, tanto do aluno quanto do professor; 4) preocupação com a

efetivação das decisões junto às escolas estaduais do Paraná, de autoria da AUC NM, 19/12/1997, Maringá, folhas 66 e 67.

As páginas dos livros didáticos, junto com as entrevistas, tornaram-se o instrumento central do trabalho, na qualidade de produção de fontes para reflexão analítica.

Para fins de formalização do Trabalho de Conclusão do Curso, explícito abaixo a questão e o objetivo da pesquisa:

Questão de pesquisa: Como um trecho de livro de história judicializado em Maringá/PR, no ano 1997, propõe o debate sobre o racismo?

Objetivo Geral: Tematizar o pacto narcísico da branquitude na atuação de professores de História, a partir da judicialização de trecho com abordagem sobre o racismo em livro didático de história, ocorrido no Paraná em 1997.

Para realizar tal objetivo, utilizei como estratégia básica a análise das mudanças implementadas num trecho do capítulo que objetivava abordar o racismo dentro do referido livro didático.

Destaco que a produção dos dados não foi realizada especificamente para minha pesquisa, pois trata-se do uso de documentos publicados e que aqui recebem outro foco de análise, notadamente aquela que considera a branquitude como referencial de compreensão do fenômeno específico, assim como da própria característica da coletividade nomeada como Ensino de História. Para Maria Aparecido Silva Bento (2012, p. 30) “[...] o legado da escravidão para o branco é um assunto que o país não quer discutir, pois os brancos saíram da escravidão com uma herança simbólica e concreta extremamente positiva”. Assim, parece importante destacar que a professora branca por alguma razão não fez a mediação da atividade proposta no livro, tampouco apresentou um conhecimento histórico relacionado com a temática proposta no capítulo sobre escravidão, cujo desafio era o debate acerca do racismo. Seu silêncio criou a possibilidade de que o racismo recreativo (MOREIRA, 2019) fosse praticado por jovens brancos na relação com o menino negro da Família Lídio. Por racismo recreativo compreendo a observação de uma

maneira singular de expressão da injúria racial, através da reiteração de imagens e narrativas depreciativas das pessoas racializadas na forma de humor, atingindo principalmente negros e indígenas no caso brasileiro.

A literatura sobre branquitude, como a produzida por Maria Aparecida Silva Bento no Brasil, e por bell hooks nos Estados Unidos, aponta que as opressões de raça se interseccionam com as de classe e gênero, operando nas relações cotidianas em geral e, especificamente nas experimentadas em ambientes escolares como aulas, pátios e corredores. Elas expressam a dimensão atitudinal que exige a Educação das Relações Étnico-Raciais propostas nas DCNERER (2004).

Por dimensão atitudinal destaca-se exatamente o apreço pelo vínculo entre jovens e dos jovens com a escola e da escola com a família. A mediação desse processo está na função social do professorado, incluindo obviamente aqueles e aquelas que ensinam História. Relações saudáveis de diálogo e de afeto, que aliam forma e conteúdo são posturas básicas do professorado eticamente comprometido com sua função. Se estamos ensinando uma História marcada por crimes e violências, como é o caso da escravização, cabe-nos pensar afetuosamente em como lidar com os mesmos, assim como observar as reações de todos os envolvidos. Porque a escravização se impôs sobre corpos e mentes que compõem a maioria das ancestralidades que permanecem povoando nosso país, nossas salas de aula na Educação Superior na Educação Básica. Depreciar tais memórias é depreciar corpos e mentes negras do passado e do presente.

A análise dos capítulos a seguir buscará referenciar os caminhos trilhados a partir desses objetivos entrelaçados à pergunta central feita na relação com as fontes estudadas.

3. O ACONTECIMENTO E AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE: JUDICIALIZAÇÃO DE UM TRECHO DE LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA COM ATIVIDADE PARA ABORDAGEM DO RACISMO NO ENSINO FUNDAMENTAL

A denúncia acerca do livro didático (MACEDO & OLIVEIRA, 1996) foi impetrada pela Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM) e a representação foi contra a Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED-PR), tendo como questionamento central a escolha e o uso de um trecho do livro didático por parte dos professores. O pedido de representação foi dirigido ao Ministério Público do Estado do Paraná (MP-PR) - Promotoria Especial de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Garantias Constitucionais, contra a SEED-PR e objetivava o recolhimento do livro nas escolas estaduais. Um acordo entre a Editora do Brasil S/A e a Secretaria de Educação, substituindo as páginas do livro em suspeição, gerou o encerramento do processo judicial. Abaixo a reprodução das páginas antes e após o acordo:



Imagem 1: página do livro antes do acordo judicial (MACEDO & OLIVEIRA, 1996).

A ESCRAVIDÃO ACABOU?

Eu sei que já faz muito tempo
Que a gente volta aos princípios
Tentando acortar o passo
Usando mil artifícios
Mas sempre alguém tenta um salto
E a gente é que paga por isso
Fugimos pras grandes cidades
Bichos do mato em busca do mito
De uma nova sociedade
Escravos de um novo rito
Mas se tudo deu errado
Quem é que paga por isso?
Eu não quero mais nenhuma chance
Eu não quero mais revanche
A favela é a nova senzala
Correntes da velha tribo
E a sala é a nova cela
Prisioneiros nas grades do vídeo
E se o Sol ainda nasce quadrado
E a gente ainda paga por isso
Eu não quero mais nenhuma chance
Eu não quero mais revanche
Um café, um cigarro, um trago
Tudo isso não é vício
São companheiros da solidão
Mas isso foi só no início
Hoje em dia somos todos escravos
Quem é que vai pagar por isso?
Eu não quero mais nenhuma chance
Eu não quero mais revanche.

Lobão, Bernardo Vilhena. *Revanche*. LP O rock errou. RCA, São Paulo, 1986.

AGORA É VOCÊ

- 1) Qual o papel da escravidão no sistema colonial?
- 2) Segundo os autores, "a destruição das populações e a exploração econômica deixaram consequências terríveis no continente africano". Você concorda com essa afirmação? Por quê?
- 3) Qual a importância dos afro-brasileiros na sociedade atual?

LIVROS

Gilberto Freyre. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio, 1982.

- Jacob Gorender. *O escravismo colonial* (col. Ensaios). São Paulo. Ed. Ática, 1985.
- Dácio Freitas. *O escravismo brasileiro* (col. Caravela). Porto Alegre. Escola Superior de Teologia, S. Lourenço de Brindes, 1980.
- Fernando Mallheiro. *A escravidão africana no Brasil* (Cadernos de História). São Paulo. Ed. Obelisco, 1964.
- Julio José Chiovenato. *O negro no Brasil: da senzala à guerra do Paraguai*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1983.
- Eliane Azevedo. *Raça - conceito e preconceito* (Série Princípios). São Paulo. Ed. Ática, 1990.

Construindo o conhecimento:
o preconceito racial no Brasil

A lei nº 7.716 de 05/01/89, do Código Penal, define os crimes de preconceitos de raça ou de cor, prevendo penas que variam de um a cinco anos para aqueles que cometerem atos contrários à liberdade e aos direitos dos diferentes grupos raciais existentes no Brasil. Em relação ao negro, todavia, registram-se ainda atitudes que demonstram a discriminação racial.

Veja abaixo como o problema pode ser abordado.

O preconceito racial e as
desigualdades sociais do Brasil atual

No Brasil atual, costuma-se dizer que o preconceito e a discriminação não existem. Aparentemente, os diferentes grupos raciais e sociais convivem em pé de igualdade. Por isso, alguns costumam dizer que vigora em nossa sociedade certa "democracia racial". Em relação aos negros, seria isso verdade?

Leia a seguir o que nos informa um dos mais respeitados estudiosos da questão negra em nosso país.

"Após o 13 de maio e o sistema de marginalização social que se seguiu, colocaram-na (a negra) como igual perante a lei, como se no seu cotidiano da sociedade competitiva (capitalismo dependente) que se criou esse princípio ou norma não passasse de um mito protetor para esconder desigualdades sociais, econômicas e étnicas. O negro foi obrigado a disputar a sua

sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. Podemos dizer que os problemas de raça e classe se imbricam nesse processo de competição do negro, pois o interesse das classes dominantes é vê-lo marginalizado para baixar os salários em seu conjunto.

O racismo brasileiro na sua estratégia e nas suas táticas age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo, maloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos.

E por que isso acontece? Porque não podemos ter democracia racial em um país onde não se tem plena e completa democracia social, política, econômica e cultural. Um país que tem na sua estrutura social vestígios do sistema escravista, com uma concentração fundiária e de rendas das maiores do mundo, governado por oligarquias regionais retrógradas e brancas; um país no qual a concentração de rendas exclui total ou parcialmente 80% da população da possibilidade de usufruir um padrão de vida decente; que tem 30 milhões de menores abandonados, carentes ou criminalizados não pode ser uma democracia racial.

Quando democratizarmos realmente a sociedade brasileira, quando construirmos um sistema de produção para o povo consumir e não para exportar, finalmente, quando sairmos de uma sociedade selvagem de competição e conflito e criarmos uma sociedade de planejamento e cooperação, então teremos aquela democracia racial pela qual todos nós almejamos."

Clóvis Moura. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo. Ed. Anita, 1994, p. 160.

VOCABULÁRIO

Ambíguo: que tem mais de um sentido, impreciso. **Concentração fundiária e de rendas**: concentração de terras e de dinheiro.

Estrutura social: forma pela qual a sociedade se encontra organizada.

Imbricar: cruzar, entrelaçar; no caso, as duas coisas que estão juntas, cruzadas.

Oligarquias regionais retrógradas e brancas: pequenos grupos atrasados que dominam politicamente as regiões brasileiras.

Rigidez: propriedade daquilo que não se altera, que se mantém forte.

Sistema de produção: forma pela qual as riquezas são produzidas.

Usufruir um padrão de vida: desfrutar de uma condição de vida.

AGORA É VOCÊ

- 1) A partir dos dados fornecidos pelo autor, é possível afirmar que na sociedade brasileira existe igualdade racial entre brancos e negros?
- 2) O autor afirma que o racismo brasileiro, apesar de seus distúrbios, é altamente eficiente, isto é, atinge seus objetivos. Em sua opinião, quais as consequências do racismo?
- 3) Somente os negros são vítimas da discriminação e do preconceito no Brasil? Comente o respeito.
- 4) Na História do Brasil, assim como na atualidade, os negros contribuíram decisivamente na sociedade. Cite algumas dessas contribuições.
- 5) Qual a sua opinião a respeito do processo de competição do negro e da discriminação?

Negros e brancos na redação
de Maria Cláudia

No trecho a seguir, o escritor Pedro Bandeira apresenta-nos a redação escrita por Maria Cláudia. Segundo ele, quando escreveu, Maria Cláudia ainda não tinha nove anos. Era uma criança como tan-



Criança sem preconceito.

Imagem 2: Página do livro após o acordo judicial (MACEDO & OLIVEIRA, 2002).

O livro, após o acordo, foi aprovado e distribuído nacionalmente, através do Programa Nacional do Livro Didático, a partir do primeiro edital para História nos anos finais do ensino fundamental, e posteriormente não foi atualizado para novas publicações³.

Lembro que, em geral, os estudantes costumam se sentir mais atraídos pelos boxes com imagens, textos curtos, curiosidades, extras e dicas culturais quando se trata de materiais pedagógicos em geral e de livros didáticos, em específico.

Sinto necessidade de situar este tema com a minha vida escolar, pois desde o ensino fundamental tive o fascínio pelo conteúdo de História. Recordo que era uma atividade muito comum minha, como também de outros colegas, folhear os livros didáticos. Eu, em especial, preferia folhear o livro de História, durante a espera do(a) professor(a) do próximo período, ou entre uma atividade e outra. Ao folhear as

³ As informações e imagens aqui apresentadas foram retiradas da publicação: MEINERZ, Carla Beatriz (org). Um equívoco bem intencionado: possibilidades para pensar o uso do livro didático de história e a educação antirracista. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2019.

páginas, a atenção sempre direcionava-se a imagens em destaques do livro, como curiosidades culturais e alguns questionamentos dentro de algum parágrafo grifado.

Os capítulos que mais me seduziram foram das antigas civilizações, principalmente o Antigo Egito. Ah! O Antigo Egito! As imagens das pirâmides, hieróglifos, pinturas, esculturas. A imagem do busto de Nefertiti, as curiosidades sobre a vida de Tutankamon me fascinavam. Meu sonho era ser Egíptóloga e encontrar a múmia perdida de Nefertiti. Hoje, enquanto realizo este Trabalho de Conclusão de Curso, anos após minha educação básica, percebo que este fascínio por História no ensino fundamental tem relação com o Antigo Egito ali representado no livro didático e as mediações de algumas aulas, que nos mostravam o poder, o conhecimento, a organização e a beleza de um povo negro. O busto de Nefertiti com o tom da pele escuro é um símbolo de beleza até hoje e seguirá sendo. Este foi o princípio do meu fascínio por História, era um lugar de encontro e exaltação racial, em uma escola onde existiam poucos semelhantes.

Com esta minha vivência e lembranças de folhear livros didáticos no ambiente escolar durante ensino fundamental e ensino médio, junto com meus colegas, tornou-se doloroso estudar o caso do menino de Campo Mourão/PR que sofreu atitudes racistas de seus colegas. Ele, com idade igual ou próxima a que eu tinha, num espaço em que era minoria assim como eu, encontrou no folhear de um livro, versinhos, provérbios e quadrinhas racistas, sem uma mediação por parte da professora e da escola, que o fizesse se sentir seguro, enquanto os colegas brancos se apropriaram destes mesmos trechos como munição para se direcionarem a ele e causar dor.

A mobilização do caso do menino da Família Lídio teve início em uma manhã em que o pai, José Irineu Lídio, estranhou a atitude do filho de não ter saído da cama no horário de costume. Todos os dias os dois acordavam no mesmo horário para tomarem café e saírem juntos de casa, José Irineu Lídio direcionava-se ao trabalho e o filho à escola. O pai foi até o quarto do filho e o encontrou em estado de choro na cama, decidido a não ir para escola. Após insistência do pai, com o qual mantinha uma relação saudável, de afeto e diálogo, o menino contou sobre a zombaria dos colegas com ele e o uso dos trechos do livro para tal, para contribuir

com a aflição do menino, a professora o recomendou para ler os trechos na frente dos colegas em sala de aula. O filho a dias chegava em casa desmotivado com a zombaria dos colegas, o que estava deixando o pai alerta. Ao saber com detalhes o que estava acontecendo e ler o livro didático de história, José Irineu Lídio tomou iniciativa, como relatado a seguir:

[...] José Irineu Lídio procurou algumas autoridades educacionais do município, mas não obteve o resultado satisfatório. Ele relatou o ocorrido ao seu irmão Basílio Irineu Lídio, que tomou algumas providências. Basílio enviou ofício à Secretaria de Educação do Estado do Paraná solicitando que o livro fosse suspenso em virtude das frases e versos de zombaria, de baixo nível cultural. Outros ofícios também foram enviados aos veículos de comunicação do estado do Paraná (MEINERZ, 2019, p.81).

Ao ter conhecimento da situação, Aracy Adorno Reis, integrante da Associação União e Consciência Negra de Maringá (AUCNM) entrou em contato com José Irineu Lídio para se conhecerem e para dar apoio à família. Além da influência no encaminhamento judicial do caso, a iniciativa, união e agilidade para a denúncia foi e continua sendo razão de orgulho de pessoas da Família Lidio. Esses sentimentos estão presentes num momento da entrevista com o pai e o tio do menino, em que ambos revelam que não tinham dúvida de que deviam tomar uma iniciativa ao ver o filho sofrer e, especialmente, negar-se a seguir estudando. Afirmam, naquela fala sobre a experiência (FAMÍLIA LÍDIO, 2019), que as pessoas negras constantemente sofrem observações pejorativas acerca de suas características e que se replicam a todas elas cotidianamente, podem perder a possibilidade de sociabilidade em espaços esportivos e religiosos, por exemplo. Mas que, ao ver um filho deixar de seguir estudos por comentários racistas de seus colegas, decidiram se posicionar publicamente. Considero que essa decisão familiar também atingiu o menino na época que, de alguma forma, sentiu-se protegido pelos seus, pois a escola optou pela desatenção e pelo silenciamento. Para Bento (2002),

o silêncio, a omissão e a distorção do papel do branco diante de situações de discriminação racial, possuem um forte componente narcísico e de autopreservação, “[...] porque vem acompanhado de um pesado investimento na colocação desse grupo como grupo de referência da condição humana”.(p. 30) A psicóloga e seu grupo de pesquisa demonstra com pesquisas desenvolvidas desde os anos 90 do século XX, alguns segredos da branquitude para manter seus privilégios.

Acerca das aprendizagens do estudante, no episódio, não tenho registros, pois ele não desejou realizar entrevista individual e tampouco participou da entrevista com os familiares. Porém, considero que mesmo em condições tão adversas ele aprendeu muito, inclusive sobre conhecimento histórico, amparando-me em especialistas do campo, através da assertiva a seguir:

Os estudantes não constroem seus saberes em relação ao conhecimento histórico somente com o adquirido nas aulas de História da escola, mas também por intermédio das variadas redes sociais que podem incluir a família, o grupo de iguais, grupos culturais, políticos, religiosos e, igualmente, através das mídias e das novas tecnologias de informação (MEINERZ; CAIMI; OLIVEIRA. 2018, p.65).

A seguir apresento detalhes da solicitação de revisão do material didático, pelo ajuizamento impetrado contra a Secretaria Estadual de Educação do Paraná

3.1. ANÁLISE DAS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS NO TRECHO SOBRE RACISMO DENTRO DO LIVRO DIDÁTICO EM ESTUDO

Ressalta-se que, justamente em 1996, teve início o processo de avaliação pedagógica dos livros de História inscritos para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) criado pelo Decreto nº 91.542, de 19/8/85. Em 1996, foi igualmente publicado o primeiro Guia do PNLD, com os resultados da avaliação das obras

destinadas aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em 1997, a responsabilidade pela política de execução do PNLD é transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Programa é ampliado e o Ministério da Educação passa a avaliar, adquirir e distribuir, de forma contínua, livros didáticos de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, História e Geografia para todos os alunos de 1ª a 8ª série do ensino fundamental público. Assim, em 1997 consolidou-se o processo do primeiro edital do PNLD, responsável por avaliar coleções didáticas de História nos Anos Finais do Ensino Fundamental, momento em que a referida obra foi aprovada, o que significa que ela estava em consonância com o requisitado no edital. No ano de 1998, o Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estaduais e Municipais no Paraná enviou carta ao Ministério de Educação (MEC) solicitando esclarecimentos acerca da presença da obra na listagem de livros recomendados pelo MEC, destacando a necessidade de mudanças no conteúdo da obra ou impedimento da sua participação no Edital 1997 do PNLD, uma vez que ela supostamente divulgava ideias racistas aos estudantes. O livro foi aprovado com as páginas alteradas, conforme acordo judicial⁴. Segundo o autor do livro (MACEDO, 2019), houve pressão da editora para que as páginas fossem alteradas, justamente pela interposição do Edital do PNLD.

Descrevo, abaixo, como li e considere as páginas alteradas.

Nas páginas 80 e 81 (Imagem 1) da primeira versão do livro didático (MACEDO & OLIVEIRA, 1996) encontram-se os polêmicos versinhos, provérbios e quadrinhas. Desta vez não há uma mediação introdutória para os versinhos, provérbios e quadrinhas assim como houve na atividade intitulada “A memória da escravidão no Lundu de Pai João”, na página 79 do livro. Antes da atividade havia uma introdução trazendo a origem do Lundu, destacando como esta manifestação cultural se encaixava no dia a dia do negro escravizado, de tal forma que ficava implícita a importância deste momento de cultura e resistência entre os escravizados. Acompanhava uma sugestão de comparar com acontecimentos do Brasil no tempo presente.

⁴ Detalhes do processo retirados de MEINERZ; CAIMI & OLIVEIRA, 2018.

Vejamos a seguir a descrição dos trechos que foram alterados nas páginas 80 e 81, inclusive com uso de proposta de mediação didática registrada pela autoria do livro.

Antes dos trechos polemizados por denúncia da Família Lídio seguida de ação judicial impetrada pela AUCNM, havia um título de sub capítulo, na página 80 da primeira versão, nomeado “Construindo o conhecimento: o preconceito racial no Brasil”, tendo por título “O racismo na tradição cultural brasileira”. Como introdução aos versinhos, provérbios e ditados estava apenas descrito que o Sociólogo Florestan Fernandes os ouviu, copiou e anotou, sendo assim apresentados os trechos (MACEDO & OLIVEIRA, 1996). Acrescento aqui o primeiro versinho para registrar o tipo de citação usada pelos estudantes brancos ao dirigirem-se ao colega negro: “O negro é burro de carga - O branco é inteligente; O branco só não trabalha - Porque preto não é gente.” Após os trechos, havia a atividade “Agora é com você”, com as seguintes questões:

- 1] Além desses versinhos e provérbios, você já ouviu algum ditado ou expressão que revela preconceito em relação ao negro? Cite quais você conhece e comente-os.
- 2] Nesses exemplos retirados da tradição oral, com que o negro é comparado? Você concorda com essas comparações?
- 3] Segundo a tradição oral, o negro é "naturalmente" inferior ao branco. Cite alguns exemplos em que a idéia da inferioridade do negro aparece e comente-os.
- 4] Nos versinhos e provérbios apresentados, por que só o negro aparece como alguém que deve trabalhar?
- 5] Você concorda com essas idéias a respeito do negro? Justifique sua resposta.

Cinco questões que ao serem lidas de forma independente, nos espaços escolares sem mediação ou introdução crítica ao tema, podem fazer com que alunos com influências racistas reafirmem ideias e pratiquem a discriminação racial, como no caso em questão. Estudantes brancos, fora da aula de história, nos corredores da

escola, repetiram os versos ao menino negro, sem que a escola tomasse atitude, pois de fato sabemos por estudos posteriores que o caso foi conhecido mas não foi tratado institucionalmente, tampouco houve diálogo com a família sobre o ocorrido (MEINERZ, 2019). Mais uma vez o silenciamento e a omissão das pessoas e instituições de maioria branca aponta a necessidade de compreensão do episódio pela categoria branquitude, como farei na parte quatro do TCC.

Na versão atualizada após a alteração por acordo judicial, o título “Construindo o conhecimento: o preconceito racial no Brasil” traz uma introdução mais completa, citando a lei nº 7.716 de 1989 do Código Penal. Em seguida há um subtítulo nomeado “O preconceito racial e as desigualdades sociais do Brasil” que levanta o questionamento “...alguns costumam dizer que vigora em nossa sociedade certa "democracia racial". Em relação aos negros, seria isso verdade?”, introduzindo um excerto do Livro “Dialética radical do Brasil negro”(1994) de Clóvis Moura. Tal texto supracitado é importante para a discussão sobre o racismo, pois discorre sobre as origens das desigualdades raciais no Brasil e, de alguma forma, relaciona-se com o que hoje se popularizou como racismo estrutural (ALMEIDA, 2019).

Mantendo a estrutura da primeira versão do livro, em seguida temos o “Agora é com você” com cinco questões reformuladas, registradas a seguir:

- 1) A partir dos dados fornecidos pelo autor, é possível afirmar que na sociedade brasileira existe igualdade racial entre brancos e negros?
- 2) O autor afirma que o racismo brasileiro, apesar de seus disfarces, é altamente eficiente, isto é, atinge seus objetivos. Em sua opinião, quais as consequências do racismo?
- 3) Somente os negros são vítimas da discriminação e do preconceito no Brasil? Comente a respeito.
- 4) Na História do Brasil, assim como na atualidade, os negros contribuíram decisivamente na sociedade. Cite algumas dessas contribuições.
- 5) Qual a sua opinião a respeito do processo de competição do negro e da discriminação?”

Observo que os questionamentos são construídos para incentivar pensamentos e respostas mais críticas falando diretamente do racismo e discriminação racial. Eles necessitam, portanto, de uma atitude ou comportamento do adulto professor que seja minimamente dialógico e ético, posicionando-se na condução da relação com o saber histórico proposto na atividade.

As mudanças feitas foram de grande valia, informações diretas de que sim, existe a discriminação racial e capazes de desenvolver as origens e a estrutura que ainda a mantém no Brasil em tempo presente. Nesse caso, o ensino de história contribui para a compreensão do entrelaçamento entre passado e presente, como os especialistas do campo aferem.

Foi acordado entre as partes que trechos do livro fossem alterados e, por decorrência, a Editora reimprimiu o capítulo nove com as devidas alterações aqui descritas, na quantidade equivalente ao número de exemplares do livro adotado na rede pública do estado do Paraná. Tais páginas impressas foram enviadas para as escolas, sendo que as mesmas estavam encarregadas de arrancar e descartar as páginas do capítulo nove dos livros, substituindo-as pelas novas.

Tal ação impetrada pelo Movimento Negro de Maringá, causou incômodo para alguns especialistas e militantes do Movimento Negro nacional, como por exemplo, Clóvis Moura, autor contratado pela Editora para a edição de um parecer em defesa dos autores do livro. No parecer hoje publicado (MEINERZ, 2019), o pensador destaca que o ato foi contraditório, autoritário e antidemocrático. Tal debate interno ao movimento social demonstra a complexidade das ações de combate ao racismo na sociedade brasileira, notadamente quando a prática ocorre no currículo editado e praticado na educação básica.

Importa observar que a fiscalização da substituição das páginas do processo foi outra causa assumida pela AUCNM, pois o Estado paranaense na figura da Secretaria de Educação não assumiu tal ação como sua ou prioritária no desfecho do acordo. Nesse caso, em minha análise, o movimento negro, aqui representado pela agremiação AUCNM, toma atitudes educativas que alcançam toda a sociedade paranaense, na medida em que atenta para o compromisso democrático da escola e

do currículo do ensino de História com todas as pessoas e raças, incluindo positivamente e eticamente também as comunidades negras e suas memórias.

Cabe agora destacar brevemente os impactos que materiais didáticos possuem no ensino de História comprometido com o combate ao racismo pela educação.

3.2. LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: IMPACTOS DO ENSINO ACERCA DO RACISMO NAS AULAS DE HISTÓRIA

Infelizmente a professora de História, no caso em análise, não concedeu entrevista, assim como durante o caso judicial ela foi uma coadjuvante sem protagonismo ou posição pública. Trata-se de uma professora branca, identificada e convocada ou convidada a participar em estudos posteriores realizados sobre o caso (MEINERZ, 2019). A opção pelo silêncio, como destacado antes, faz parte do pacto narcísico da branquitude.

O que compreendo por branquitude tem muitas dimensões, mas basicamente está relacionada com “[...] traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento (BENTO, 2012, p. 25). A branquitude não é sinônimo de pessoas brancas, mas é uma forma de operar que mantém a hegemonia de pessoas brancas em espaços de poder e de cidadania, impedindo o rompimento das desigualdades raciais e potencializando a ação do racismo.

Em 1997 ainda não haviam sido implementadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana (DCNERER, 2004). Desta forma, podemos inferir que a professora branca de História, em meio a sobrecarga de trabalho, sem a orientação e obrigação de ensinar sobre o povo negro e relações étnico-raciais, não se preparou ou colocou-se diante do desafio de preparar mediações sobre o assunto do racismo, proposto no trecho do livro didático que utilizava. Provavelmente ela pensou que determinar que o único menino negro de uma sala de aula com jovens entre onze e dez anos, pudesse apresentar o capítulo sobre o tema da escravização

com uma atividade sobre racismo, seria uma boa opção. É difícil interpretar essa ação, porque não temos narrativas que a expliquem, por parte da professora que é branca. No Brasil, a questão do branqueamento é considerado um problema do negro que deseja ser identificado como branco, segundo Bento. Porém, para a mesma autora, nesse mesmo processo de branqueamento, o sujeito branco pouco aparece porque sempre está mesclado ao universal, ao próprio professorado, como nesse caso, por exemplo.

Ouso analisar que a atitude da professora, nesse caso, acaba por partir do princípio de manter um padrão de afirmação do branco como universal, exatamente pela estratégia de omissão. Afirmando isso a partir dos estudos de Maria Aparecida Bento (2012), ao apontar que quando se estuda o branqueamento como algo inventado e mantido pela elite branca brasileira, reitera-se que

[...] a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a auto-estima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social (p.25).

Assim, no caso em análise, o autoconceito do jovem negro foi colocado em detrimento dos demais, pelo silenciamento ou pela falta de manejo pedagógico e afetivo na relação da escola e do professorado com a situação de conflito racial estabelecida a partir da leitura dos versinhos racistas presentes na atividade didática proposta no livro de história.

As representações e contemplações de alunos negros em materiais didáticos não vai ser uma questão para a branquitude, aqui não me referindo somente a professora do caso aqui estudado, me refiro também aos alunos brancos. Não há uma preocupação ou interesse nas representações e temáticas de livros didáticos pois seus grupos raciais sempre foram contemplados positivamente, seja no material didático, seja na mídia, no currículo e na sociedade como todo. Tal branquitude não está preparada para quando a questão é levantada pela perspectiva do povo negro e não apenas sobre a contemplação do povo branco. Para Maria Aparecida Bento (2012), no pacto narcísico da branquitude,

[...] o que se observa é uma relação dialógica: por um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro lado, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente (p. 30).

Assim, sociabilidade escolar, no que tange a relação entre os estudantes, dos estudantes com os professores e de todos com os livros didáticos, compõem sobremaneira o conteúdo das aulas de História. Por pressuposto, com as leituras de Paulo Freire (1996) e de bell hooks (2021), sabemos que o conhecimento é construído socialmente e mantido não apenas por cognição, mas igualmente por afeição. Segundo bell hooks (2021),

[...] a transformação da sala de aula em ambiente de afirmação da autoestima de jovens e crianças negras é central em sua experiência como educadora do ensino básico e superior e no desenvolvimento dos pilares de sua pedagogia engajada (p.10).

É preciso estar atento ao sofrimento ou ao divertimento do outro, minimamente, para atuar e ensinar. No caso, o divertimento dos estudantes brancos é passível de análise na perspectiva do racismo recreativo (MOREIRA, 2019), dever de combate da escola no currículo brasileiro impetrado pelas DCNERER (2004). Obviamente não era o contexto dos anos 90 do século XX, em termos legais, mas em aspecto de operação do racismo pela branquitude não há marco temporal que justifique o ocorrido, notadamente quando se trata de uma relação entre adultos e jovens de onze anos de idade.

Para Carla Beatriz Meinerz (2019), o modelo de educação implementado no país, não contempla sua diversidade cultural e

[...] acaba impondo um modelo feito por e para os brancos, num processo de exclusão de quase a metade da população brasileira. A escola, por isso, se transforma em um veículo multiplicador de preconceitos, na medida em que o aluno negro não se vê contemplado nos currículos e nos livros didáticos (p.9).

É o movimento negro, em geral, quem demanda uma escola mais plural e capaz de dar conta da diferença e da diversidade, incluindo inclusive o respeito às pessoas brancas. Porém, a resposta das pessoas brancas, em geral, tem sido manter seus privilégios através do denominado pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2002).

Na sequência, busco trazer a categoria pacto narcísico da branquitude para a análise.

4. O PACTO NARCÍSICO DA BRANQUITUDE, O PROFESSORADO BRANCO E O ENSINO DE HISTÓRIA

A escola, como vimos neste trabalho através do exemplo do caso do menino da Família Lidio e na minha vivência aqui compartilhada, vai além de um espaço de transmissão de saberes. Também é um espaço de encontros, de compartilhamento, de sociabilidade e de afetividade (MEINERZ; CAIMI; OLIVEIRA, 2018). Além da sala de aula, há o convívio nos corredores e pátios da escola. Tal sociabilidade é “o conjunto de interações sociais que se estabelecem por opção do indivíduo, destacando-se seu aspecto de ludicidade e de espontaneidade” (p.60).

Tamanho é o impacto da sociabilidade escolar que pode incentivar os jovens a frequentar o convívio comunitário nesse ambiente ou, de forma inversa, fazer com que estudantes tenham aversão ao mesmo, como foi o caso do menino na situação em análise. O rompimento com a escola, por parte desse menino, provavelmente foi uma reação ao sofrimento vivido na repetição de versinhos racistas reproduzidos no trecho do livro didático, por parte dos colegas brancos. A atitude desses jovens

brancos pode ser analisada como uma manifestação da branquitude, na qualidade de expressão de um grupo que possui privilégios, no caso o benefício de não ser alvo de versinhos racistas nos anos 60 do século XX, colocados à disposição através de uma aula de história. Trata-se de uma sociabilidade não mediada por adultos maduros (FABBRINI e MELUCCI, 2004), cuja responsabilidade é ter uma postura ética capaz de ensinar e preservar o diálogo e o respeito, comportamentos mínimos para a convivência em ambientes sociais como a escola.

O livro didático é um objeto carregado de cultura e, no caso, atravessado pela cultura racista brasileira. Miranda (2004) observa que:

o livro didático é um produto cultural dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como também sua utilização pode ensejar práticas de leitura muito diversas (p.124).

Ele pode muitas vezes suscitar, por uma imagem ou por algumas palavras, o perverso racismo que constitui a pessoa e a instituição onde ele se encontra enquanto objeto de aprendizagem.

Justamente observo que o que ocorre nas relações fora dos rituais da aula de história, assim como dentro, ou nos seus intervalos, precisa ser considerado como parte do compromisso da docência, pois geralmente é ali que se transborda a experiência de racismo e de discriminação racial, como essa que fez um menino evitar a escola e a socialização ou as aulas de história.

Nos argumentos apresentados no processo de judicialização, aparece o fato de que o menino já havia passado ou passaria por racismo fora da escola, que não teria como poupar ele no caso em questão, tampouco que o garoto teve força para se posicionar diante dos colegas brancos.

Tais colegas provavelmente não compreendiam que, enquanto não negros e com comentários daquele tipo, eles perpetuavam um estigma muito antigo, que desde cedo cria diferenças e hierarquias nas narrativas sobre negros e brancos

(Bento, 2022). O aspecto relacional aqui ganha contornos fundamentais e, nele, o professorado de História tem uma função social que merece reflexão. As DCNERER (2004) provocam a pensar a dimensão atitudinal de toda ação educativa. Não é por acaso, que tais Diretrizes resultam das lutas e demandas dos movimentos sociais negros, notadamente das famílias e mulheres negras mobilizadas pela inserção cidadã nos ambientes escolares e acadêmicos, combatendo o racismo neles presente, incluindo o currículo de História ali comunicado.

No fenômeno em análise, a Família Lídio e a AUCNM representam a ideia de pessoas negras em movimento, mobilizadas para defender a dignidade e a emancipação dos seus, violentamente atingidos por discriminações e desigualdades no tratamento de suas vidas, histórias, corpos e mentes.

Por experiência própria, como estudante negra, considero que trata-se de uma aprendizagem contínua lutar contra o racismo e argumentar com as expressões do pacto narcísico da branquitude em espaços escolares e acadêmicos. Considero que na idade de onze ou dez anos é quando começamos cognitivamente a formalizar argumentos mais concisos e parece difícil, sem ajuda de uma comunidade, conseguir tal empreendimento de forma individual. Nesse sentido, o apontamento realizado no processo de judicialização foi educativo e atingiu a todos os participantes do processo, assim como a nós que ainda pensamos sobre o fenômeno das relações raciais no Brasil e seus impactos no ensino de História.

Estes argumentos encontrados no processo de judicialização, após todo o estudo do caso, não fazem sentido, notadamente se considerarmos como opera a branquitude quando enseja manter seus privilégios. Considero a atitude da professora branca uma forma de omitir-se, por não saber ou não querer lidar com o que é proposto no livro didático. Tal responsabilidade de formação caberia aos gestores de educação do Estado. Hoje temos essa obrigação prevista no Plano Nacional de Implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais, a partir das DCNERER (2004).

Por outro lado, compreendo como ato de resistência o que o menino negro empreendeu, já que tomar a atitude de não ler os trechos em sala de aula como a professora pediu, exigiu muita força, por demonstrar incômodo e não baixar a

cabeça em frente aos colegas e a professora. Assim como defendo que a família, desde o primeiro momento, apoiou e fortaleceu o menino, buscando todas as maneiras possíveis de evitar que este sofrimento não se repetisse em outras famílias por conta do uso inapropriado e sem mediação de conflitos raciais a partir dos trechos racistas reproduzidos no livro. Tal uso do livro ocorre por escolhas realizadas na mediação por parte do professorado, responsável pela dimensão conteudinal e atitudinal do conhecimento histórico a ser desenvolvido.

O afeto e a amorosidade são elementos da aprendizagem, como defende bell hooks, não apenas nas instituições familiares, mas também nos espaços escolares. Para a autora, oferecer cuidado e respeito é fundamental na pedagogia da diversidade, por ela defendida, pois são dois componentes do amor e “possibilitam aos estudantes lidar abertamente com o medo e receber afirmação e apoio” (2021, p. 208).

O amor e o afeto compõem uma forma de ensinar que admite a diferença e celebra a diversidade racial, por exemplo. Porém, em países racistas, tratar do tema racial exige coragem e conhecimento crítico, especialmente no que tange o conhecimento histórico. Assim, o livro didático pode proporcionar um conhecimento crítico, mas a forma como ele é usado igualmente pode possibilitar a criação de movimentos opostos ao proposto abstratamente.

Trata-se aqui de pensar o uso do livro didático, na forma de apresentação do conteúdo pela autoria, mas também na mediação ou não mediação proposta pelo professorado, capaz de produzir apropriação inadequada entre os jovens. E é justamente a liderança do movimento negro de Maringá que nos faz ver isso:

[...] as crianças citavam as falações aqui (o livro estava sobre a mesa durante a conversa), tipo “você é meu escravo, eu tenho que montar em você”. Lendo aqui as falações eles reproduziam para o menino, “seu neguinho disso, neguinho daquilo”. A gente sabe como é que a criança negra, que não tem, assim (...). Como o Jairo falou, a gente não conhece a família até hoje, mas quando a criança não tem essa força de dizer “não, não sou isso”... (ARACY & JAIRÓ, 2019, p 88-89).

As pessoas com conhecimento crítico do ponto de vista racial compreendem que nem sempre uma criança tem “força” emocional ou cognitiva, inclusive autoestima elevada para responder, por exemplo, que tem orgulho de ser negro ou questionar a branquitude dos colegas. O professor e a professora de História, ao compreenderem sua função na qualidade de construtores de relações democráticas, podem criar ambientes seguros em que as crianças cresçam emocionalmente e possam ter a coragem desejada. Como afirma bell hooks (2021), o educador trabalha para

encontrar maneiras de ensinar e compartilhar conhecimento de modo a não reforçar estruturas existentes de dominação (aquelas hierarquias de raça, gênero, classe e religião). A diversidade de discursos e de presenças pode ser bastante valorizada como um recurso que intensifica qualquer experiência de aprendizado. Nos últimos anos, todos temos sido desafiados, como educadores e educadoras, a examinar os modos como apoiamos, seja consciente ou inconscientemente, as estruturas de dominação existentes. E somos todos encorajados por educadores democráticos a nos tornar mais atentos, a fazer escolhas mais conscientes. Talvez involuntariamente estejamos conspirando com as estruturas de dominação, por conta do modo como o aprendizado é organizado nas instituições. Ou talvez possamos reunir material de ensino que não seja preconceituoso e, ainda assim, apresentá-lo de maneira tendenciosa, reforçando as hierarquias opressivas existentes (p. 87).

Assim, reforça-se na análise a responsabilidade do uso do material didático pelas professoras e professores.

Muitas vezes, para as pessoas negras, a família é o único ambiente seguro, de afeto e de confiança nas crianças e nos jovens. Minha análise considera que o relacionamento da Família Lídio com o ocorrido foi democrático e saudável, reiterando minha defesa de que o próprio menino construiu uma resposta de

resistência, dentro das condições adversas em que se encontrava e também no contexto de suas características pessoais.

As famílias negras procuram lidar, de diferentes formas, com essa aprendizagem. Por vezes, prepara-se o jovem para tal enfrentamento, especialmente quando a família é congregada com grupos sociais negros, onde ocorrem práticas de educação antirracista no que concebe-se como movimento negro educador (GOMES, 2017).

hooks, ao longo de seus escritos, demonstra igualmente essa premissa, ao analisar o quanto a família costuma ser base de treinamento para a vida em comunidade e, no caso das pessoas negras também torna-se o lugar em que se constrói a noção básica sobre a importância da educação.

Quando tratamos do uso do livro didático e de sua mediação por parte do professorado, abordamos justamente a capacidade de diálogo amoroso em jogo na relação educativa. Um conteúdo de história ensinado pode ser adjetivado de múltiplas maneiras, entre elas democrático, crítico ou emancipatório. Mas a forma como ele é mediado pode ser conduzida sem afeto ou diálogo e este último, em todos os casos, é o espaço central da pedagogia para um educador democrático na pedagogia da diversidade interposta por bell hooks.

A repercussão do caso do uso do livro didático, causado pela apropriação racista e violenta dos trechos, realizada pelos colegas brancos de um menino negro, articulado com a coerção da professora para com o estudante negro, determinando que o mesmo fizesse a leitura em sala de aula, mesmo depois de demonstrar desconforto, mobiliza minha escrita. A atitude omissa e de isenção de responsabilidade pedagógica da professora não entrou em questão durante o caso judicializado e nem coube na crítica construída durante o processo, mas é sobre esta ação que desejo me deter, pois ela pode representar na qualidade de pessoa branca, uma maioria dos professores de história nas escolas e nas universidades. Essa omissão e silenciamento fazem parte do pacto narcísico da branquitude, desse acordo tácito que não é escrito mas é praticado, como já argumentei acima, a partir dos estudos de Maria Aparecida Bento. Para a autora, os estudos sobre a problemática racial no Brasil, também viveram longos períodos de silêncio sobre o

branco e não abordaram a “herança branca da escravidão, nem tampouco a interferência da branquitude comom uma guardiã silenciosa de privilégios” (2012, p. 41).

Destaco que o professor José Rivair Macedo, autor do livro, é negro e foi meu professor, sendo que como estudante observo nele atitudes de uma pedagogia da diversidade, assim como formas dialógicas e democráticas de ensinar história da África e dos afro-brasileiros.

Paradoxalmente o julgamento caiu sobre um autor negro que ousou pautar, nos anos 90 do século XX, o tema do racismo como conhecimento para as aulas de história. O autor do livro não se esquivou do debate, inclusive junto ao movimento negro e junto à família⁵, enfrentando-o democraticamente. A professora esquivou-se de conceder entrevista, optou pelo silenciamento. A secretaria de educação e a editora, locais de hegemonia ou supremacia branca⁶, buscaram um acordo que beneficiasse ambos em seus interesses institucionais e de mercado. No que tange ao pacto da branquitude, seus estudos coincidem no fato de que algo comum é delegar às pessoas negras o papel de proponentes das denúncias e dos debates acerca do racismo, assim como geralmente não é comum partir de uma pessoa branca a reflexão do seu papel na sociedade ou de sua própria racialidade. Questões étnico e raciais não são um tema entre as pessoas brancas e, quando o são, geralmente são tratados com assuntos vinculados à negritude e não à branquitude.

Com isso, numa escola com a maioria dos alunos não negros, numa cidade interiorana do Paraná de maioria branca, pareceria óbvio - dentro do pacto da branquitude - que não caberia a professora branca tratar ou estudar o tema do racismo e da desigualdade racial. Talvez porque a branquitude, através de seu pacto, enseja disseminar a ideia de que o racismo é um problema exclusivamente dos negros e que os brancos não precisam falar do assunto, tampouco resolvê-lo. Porém, a situação é inversa. O problema do racismo é um problema criado pelos brancos e a solução das chagas sociais por ele causadas são certamente e

⁵ O autor trocou cartas com a família, repletas de afeto, após o encerramento do caso.

⁶ Neste contexto leia-se “locais de supremacia branca” como espaços que há presença de manutenção de privilégios brancos que reforçam o racismo institucional e que podem operar por pessoas brancas e não brancas.

sobretudo uma responsabilidade de pessoas brancas. Teria a professora branca pensado que não teria propriedade para falar do assunto? Não sabemos, mas esta é uma assertiva ouvida em estudos de branquitude como os de Lia Vainer Schucman (2012). Foi mais prático e coerente com o pacto narcísico da branquitude, convocar o jovem negro para ler o trecho do capítulo com atividade sobre o racismo, afinal esse seria um problema apenas dele?

Com este estudo e através deste TCC, pretendo propor a reflexão que pautar a atitude de professores brancos no ensino de História como algo importante de ser teorizado, pois

a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado (p.26).

Durante o processo judicial, a professora não teve envolvimento ou algum tipo de registro de que ela tenha sido inquirida ou questionada. Em 2018, 21 anos após os acontecimentos, ela se manteve no lugar de silenciamento, evitando pretensas incomodações ou conversas sobre o ocorrido. O silêncio torna-se importante para os brancos, tanto simbólica como concretamente, no que se refere ao papel que ocuparam e ocupam na situação de desigualdades raciais no Brasil, exatamente como no caso em questão. Para Bento (2012), "este silêncio protege os interesses que estão em jogo" (p. 28). Assim, o pacto narcísico da branquitude é bastante auto protetivo e, como vimos, ao mesmo tempo é destrutivo do ponto de vista educativo, porque ensina-se em história a violência do passado, na forma da escravização, reiterada no presente, na forma do racismo recreativo (MOREIRA, 2019).

Adilson Moreira situa as práticas que utilizam o humor como ferramenta de diferenciação negativa com base racial, como racismo recreativo. Para o autor,

Esse conceito designa um tipo específico de opressão racial: a circulação de imagens derogatórias que expressam desprezo

por minorias raciais na forma de humor, fator que compromete o status material dos membros desses grupos” (MOREIRA, 2019, p. 31).

Tais manifestações são próximas a outras formas de racismo na medida em que legitimam as hierarquias raciais brasileiras, mantendo-as sob domínio dos brancos, exatamente como na atitude dos jovens brancos, ao evidenciar palavras racistas, acompanhada da atitude de silêncio da escola e do professorado.

Quem não silenciou? O movimento negro, através da AUCNM, a Família Lídio e o Professor José Rivair Macedo, autor do livro.

Nilma Lino Gomes nos afirma, através de seus estudos, que o movimento negro “não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa” (2017, p. 136).

O material didático aqui analisado veio de um projeto que tinha o objetivo de ser um material extra de apoio, não sendo a única referência em sala de aula a ser consultada e contava com o conhecimento prévio dos professores em relação ao assunto. Segundo Macedo (2019):

O projeto não se propunha a ser material meramente informativo, muito menos a única referência a ser consultada. Foi planejado para ocupar o papel de subsídio formativo e informativo, de um entre outros instrumentos a serem utilizados por professores e alunos. Por isso mesmo, não havia na coleção compromissos com a apresentação de quadros cronológicos, contextuais ou estruturais pois partia-se do pressuposto que os mesmos deviam ser do conhecimento dos professores (2019, p.42).

Ainda:

A grande lição que tirei de todo o episódio descrito a seguir é a que, de fato, o racismo constitui fenômeno por vezes dúbio, ambíguo, complexo, cuja abordagem pede especial atenção devido a carga emocional e o seu caráter altamente sensível (p. 47).

Quem defendeu o trecho com a atividade sobre racismo no livro didático ao dizer que as crianças negras precisam do *choque de realidade do racismo*⁷, em nenhum momento fala sobre o que precisa um professor de História para abordar o racismo, na qualidade de educador ético e democrático. Um professor de história branco que nega sua racialidade e silencia sobre as questões raciais ao longo dos estudos amparados em ciência historiográfica, deve ser igualmente questionado sobre ter um *choque de realidade do racismo*. Mas é possível falar da função social do professor de história branco, a partir de bell hooks. Vejamos:

Ao se moverem da negação para a consciência racial, pessoas brancas de repente percebem que a cultura supremacista branca as encoraja a negar seu entendimento sobre raça, a reivindicar, como parte de sua superioridade, que estão além do pensamento sobre o assunto. Ainda assim, quando a negação cessa, torna-se nítido que por baixo da pele a maioria das pessoas tem uma consciência íntima das políticas de raça e racismo. Elas aprenderam a fingir que isso não existe para assumir a postura de vulnerabilidade aprendida. (hooks, 2021. p.66-67)

Devido a obrigatoriedade de ensino de História e cultura africana e afro-brasileira nas escolas da educação básica, torna-se comum encontrar nos livros didáticos de história abordagens acerca do racismo, algo muito positivo de se presenciar já que vivemos num país cujo pilar da construção da identidade nacional é a democracia racial.

A democracia racial, no entanto, já foi assumida como falácia pelo Estado brasileiro, em 2001.

O marco fundamental para a adoção de políticas públicas foi a *III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatadas de Intolerância*, ocorrida em Durban, na África do Sul, em 2001. Nesse

⁷ Expressão utilizada popularmente para o enfrentamento de situações existenciais concretas e não ideais, como é o caso do racismo.

evento, os representantes legais da nação relataram oficialmente ao mundo a existência do racismo na sociedade brasileira. Sabemos que a delegação brasileira foi então protagonista na participação no grupo de trabalho ligado aos “temas do passado”. Destaco aqui, no documento final da Conferência, a Declaração de Durban, o item 14:

Reconhecemos que o colonialismo levou ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e a formas correlatas de intolerância, e que os africanos e afrodescendentes, os asiáticos e descendentes de asiáticos, assim como os povos indígenas, foram vítimas do colonialismo e continuam a sê-lo de suas consequências. Reconhecemos os sofrimentos causados pelo colonialismo e afirmamos que, onde e quando quer que ele tenha ocorrido, deve ser condenado e impedido de ocorrer novamente. Ademais lamentamos que os efeitos e a persistência dessas estruturas e práticas sejam dos fatores que contribuem para as desigualdades sociais e econômicas duradouras em muitas partes do mundo de hoje. (ALVES, 2002, p. 212).

Esse mesmo movimento negro, capaz de pautar a observação acerca da atividade no livro didático aqui analisado, a partir dos anos 2000, intensificou suas demandas no campo da educação, obtendo mais escutas a partir da eleição e posse do presidente Luis Inácio Lula da Silva e da chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003, ano em que foi aprovada a Lei 10.639/03.

Entretanto, a questão da presença hegemônica de pessoas brancas nas instituições escolares e universitárias, assim como no mercado editorial, ainda faz com que a branquitude opere em benefício próprio, em acordos tácitos de difícil observação, ausentando-se de seus compromissos no combate ao racismo e nos debates acerca da produção e uso de materiais didáticos de história capazes de criar comunidades de aprendizagem afetuosas e seguras para todas e todos.

O pacto narcísico da branquitude pode ser uma categoria de análise na consideração de materiais didáticos que em geral enfrentam superficialmente as

desigualdades raciais no estudo da História. Igualmente os usos de tais materiais ainda é atravessado por atitudes questionáveis do ponto de vista da ética e da democracia, pela responsabilidade política que eles carregam.

O racismo não é um problema que só negros devem lidar, ao contrário, enquanto os não negros ficarem apenas assistindo e dando apoio moral sem fazer uma auto crítica e ações radicais de criação de mecanismos, de aumento da presença da comunidade negra em todos os espaços educativos, ainda estaremos aqui debatendo situações paradoxais como a que encerro no momento, através desse TCC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados finais aponto a dimensão relacional do ensino de História e da própria implementação de recursos didáticos que, em contextos de pactos narcísicos da branquitude, pode operar para manter ou superar o racismo e as desigualdades raciais.

Destaco que, no caso em questão, não houve mediação na forma comunitária e afetuosa proposta por bell hooks. Sobretudo, em minha análise, observo que a branquitude, a partir de seu pacto narcísico, atua através da omissão e da manutenção tácita de seus privilégios, o que me leva a considerar a importância da observação do que ocorre no ensino de História em geral, assim como na situação estudada, em específico.

Considerando o que foi observado ao longo do trabalho, professores e professoras precisam ter posturas básicas em sala de aula, como parte do compromisso com a docência e construção de uma pedagogia engajada na perspectiva da diversidade e do respeito à diferença. Tais atitudes e posturas que pontuo, são:

1. Estabelecer relações de afeto, diálogo, respeito e confiança com os alunos assim contribuindo para a formação de um ambiente seguro;
2. Usar formas dialógicas, democráticas e epistemológicas de compartilhar e construir juntos o conhecimento do ensino de História em sala de aula;
3. Usufruir dos materiais didáticos disponíveis de forma crítica e fazer as mediações devidas com os alunos;
4. Estar atento ao sofrimento e ao divertimento do outro, dentro e além das paredes da sala de aula, mesmo que minimamente. Tal sofrimento ou divertimento pode estar interferindo na autoconfiança e autoestima dos jovens em ambiente escolar. E cabe a nós professores estarmos atentos para agir para desconstruir tais ciclos como o do racismo e do pacto narcísico da branquitude no ambiente escolar;

5. É preciso estabelecer preparo e estudo sobre conteúdos passados em sala de aula e cabe-nos pensar afetuosamente em como compartilhar tais conhecimentos, principalmente de períodos da História marcados por crimes e violências. Neste sentido é importante observar as reações de todos os envolvidos para manter as relações saudáveis de diálogo e de afeto.

A atitude do professor é tão importante quanto o conteúdo que ele ensina.

O ambiente escolar tem grande peso na construção do caráter de cada um através do ensino, sociabilidade e relações de afeto. Através da situação estudada, sabemos que as questões de abordagem do racismo e das relações étnico-raciais, quando são enfrentadas em sala de aula e no ambiente escolar, podem ter o poder de ser uma chave de abertura de mais e mais caminhos para uma sociedade liberta das amarras das desigualdades raciais. Entretanto, a medida em que o educador não consegue perceber o racismo e se omite na tarefa de educar as relações étnico-raciais estabelecidas em seu entorno, principalmente no ambiente escolar, ele não consegue questionar e desvelar sua própria atitude na luta antirracista.

O racismo é uma pauta da sociedade brasileira como um todo, não se trata de uma pauta exclusiva do povo negro. Os brancos devem se colocar em um lugar de auto crítica do pacto narcísico de sua branquitude e assumir sua responsabilidade na construção de equidade e igualdade racial na sociedade brasileira. Destacadamente, a comunidade do ensino de História, por inferência ainda de maioria branca, é de grande valia ao colocar-se diante dessa questão, cientificamente e afetuosamente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

ALVES, José Augusto Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. **Rev. Bras. Polít. Int.** 45 (2), 2002, p. 198-223.

BENTO, Cida. **O Pacto da Branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022. E-book.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 003/2004 de 10 de março de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio de 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

hooks, bell. **Ensinando comunidade : uma pedagogia da esperança.** São Paulo: Elefante, 2021. E-book.

MEINERZ, Carla Beatriz (org). **Um equívoco bem intencionado**: possibilidades para pensar o uso do livro didático de história e a educação antirracista. Porto Alegre: Diadorim Editora, 2019.

MEINERZ Carla Beatriz.CAIMI, Flávia Eloisa; OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira. O Improvável na Aula de História: sociabilidades, racialidades e modos de estar junto na escola. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 45, p. 53-72, set./dez, 2018.

MEINERZ, Carla Beatriz; OLIVEIRA, Fernanda. Raça e gênero na perspectiva dos pensamentos de mulheres negras. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 418-430, maio/ago. 2019

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 48, p.123-144 - 2004

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.